



Vol 7, Núm 1, jan-jun, 2026, pág.635-649.

## **A Contribuição das Associações Mineiras Moçambicanas para o Desenvolvimento Comunitário – Um Estudo de Caso Namajuba, Posto Administrativo de Mazua-Memba 2015-2023.**

**The Contribution of Mozambican Mining Associations to Community Development –A Case Study Namajuba, Mazua-Memba Administrative Post 2015-2023**

António José Mapangue<sup>1</sup>

António Alone Maia<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo analisa a contribuição da Associação Mineira de Namajuba (AMINA) para o desenvolvimento comunitário no Posto Administrativo de Mazua, Moçambique, entre 2015 e 2023. Criada na sequência do colapso de uma mina em 2013, a AMINA representa uma tentativa de transição do garimpo informal para uma estrutura organizada e legalizada. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseia-se em entrevistas, observação directa e análise documental. Os resultados apontam para desafios estruturais, baixa capacitação, fragilidade na participação comunitária e ausência de diálogo entre a associação e a população local. A análise fundamenta-se nos conceitos de território, justiça social, desenvolvimento humano e na sociologia das ausências. Conclui-se que a AMINA ainda opera como promessa não concretizada, com limitada capacidade de mobilização e entrega de benefícios tangíveis. Para se afirmar como agente de transformação, a associação precisa redefinir sua função social, fortalecer o protagonismo comunitário e promover maior transparência e capacitação. Articular-se com políticas públicas e assumir um papel mais inclusivo e sustentável são passos cruciais rumo à revitalização da sua função social.

**Palavras-chave:** Mineração Artesanal; AMINA; Desenvolvimento Comunitário; Justiça Social; Namajuba.

### **ABSTRACT/ RESUMEN**

This article critically examines the role of the Namajuba Mining Association (AMINA) in promoting community development in the Administrative Post of Mazua, Mozambique, between 2015 and 2023. Established in the aftermath of a tragic mine collapse in 2013, AMINA emerged as an institutional attempt to shift from informal artisanal mining to a regulated and collective structure. Using a qualitative methodology based on semi-structured interviews, direct observation, and document analysis, the study reveals structural limitations, weak technical

<sup>1</sup> Universidade Rovuma-Nampula/Mocambique (UNIROVUMA), Mestrando em Sociologia do Desenvolvimento. Investigador independente vinculado à Universidade Rovuma (UNIROV). E-mail: mapangue767@email.com. Moçambique. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0004-7374-4876>. Desempenhando a Função de Planificador no Departamento de Estudos e Planificação (DEP-CPPRM) no Comando Provincial da PRM de Nampula.

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo- USP (2015). Docente e chefe de Departamento de Extensão e Inovação da Graduação e Pós-Graduação da Universidade Rovuma (UniRovuma). Alonemaia13@gmail.com; Moçambique. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3500-8235>.



support, and fragile community participation. The analysis draws upon theoretical frameworks of territory, human development, and social justice, particularly the sociology of absences. Findings indicate that AMINA, rather than acting as a transformative agent, remains embedded in an institutional logic disconnected from local realities. For the association to become a meaningful vector of social change, it must prioritize transparency, inclusive dialogue, and technical capacity-building. Alignment with national public policies and reinforcement of community leadership appear essential for its revitalization and long-term sustainability.

**Keywords:** Artisanal Mining; AMINA; Community Development; Social Justice; Mozambique.

## INTRODUÇÃO

A comunidade de Namajuba, localizada no Posto Administrativo de Mazua, distrito de Memba, Província de Nampula, em Moçambique, enfrenta desafios marcantes ligados ao seu modelo de desenvolvimento económico e social. Entre 2015 e 2023, as associações mineiras da região, em especial a Associação Mineira de Namajuba (AMINA), desempenharam um papel ambivalente: por um lado, dinamizaram a economia local por meio da mineração artesanal; por outro, geraram tensões sociais, ambientais e estruturais devido à informalidade, à baixa tecnificação e à frágil articulação com o poder público.

Este cenário está inserido num contexto mais amplo em que o território é disputado entre interesses económicos, ambientais e sociais. O modelo de mineração artesanal, amplamente praticado em Namajuba, tem potencial para estimular o desenvolvimento local quando institucionalizado de forma transparente e participativa. No entanto, ainda é marcado por assimetrias de poder e deficiências de infraestrutura que limitam sua contribuição ao bem-estar colectivo.

A motivação para esta pesquisa decorre de uma inquietação pessoal e científica do autor: como membro da comunidade estudada e académico na área da sociologia do desenvolvimento, reconhece-se tanto o potencial transformador dessas associações quanto os bloqueios históricos que impedem sua consolidação como agentes de mudança.

Para alcançar os objectivos propostos, recorreu-se a uma abordagem qualitativa descritiva, centrada no estudo de caso, apoiada em entrevistas semiestruturadas, observação directa e análise documental, segundo os princípios metodológicos propostos por Minayo (2012).



Com isso, o presente artigo tem como objectivo geral analisar a contribuição das Associações Mineiras Moçambicanas, particularmente da AMINA, para o desenvolvimento comunitário de Namajuba entre 2015 e 2023, à luz dos pilares socioeconómicos, ambientais e de justiça social. Como objectivos específicos, busca-se: (i) descrever as estratégias de territorialização das associações e seus impactos sobre a comunidade; (ii) avaliar a gestão da terra e os acordos entre associação e residentes locais; (iii) analisar os efeitos da mineração sobre a infraestrutura e a economia locais; e (iv) compreender as percepções da população quanto à legitimidade da associação. A questão norteadora que estrutura o estudo é. *Em que medida a AMINA contribui efectivamente para o desenvolvimento comunitário de Namajuba?*

A reflexão é alicerçada em referenciais teóricos como o conceito de território enquanto espaço socialmente construído (SANTOS, 2008), a teoria das capacidades de Amartya Sen e Martha Nussbaum, e a sociologia das ausências de Boaventura de Sousa Santos, bem como nos princípios da pedagogia dialógica de Paulo Freire. Esses marcos teóricos permitem compreender o desenvolvimento não apenas como crescimento económico, mas como ampliação das possibilidades humanas, protagonismo colectivo e justiça social.

## CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

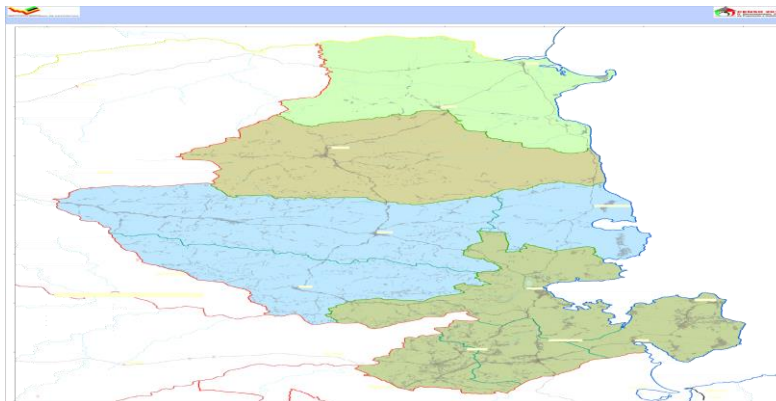
A presente investigação centra-se na comunidade de Namajuba, localizada no Posto Administrativo de Mazua, distrito de Memba, província de Nampula, Moçambique. Esta área evidencia características territoriais, socioeconómicas e culturais que a tornam um caso exemplar para a análise do papel das associações mineiras no desenvolvimento comunitário.

## CONTEXTUALIZAÇÃO TERRITORIAL

O distrito de Memba situa-se no norte de Moçambique, delimitado por Chiúre (Norte), Eráti e Nacarôa (Oeste), Nacala-a-Velha (Sul) e o Oceano Índico (leste). É composto por quatro postos administrativos, sendo Mazua o foco da presente pesquisa. Segundo o Censo de 2017, a população do distrito é estimada em 312.179 habitantes, numa área de aproximadamente 4.250 km<sup>2</sup>, resultando numa densidade populacional média de 73,5 hab./km<sup>2</sup>.



**Figura 1 – Localização Geográfica do Distrito de Memba**



Fonte: INE

A comunidade de Namajuba, localizada a cerca de 100 km da vila de Memba e a 40 km da sede administrativa de Mazua, encontra-se afastada dos principais centros urbanos. No entanto, destaca-se por sua dinâmica econômica e social, com relevância regional crescente apesar das fragilidades infra-estruturais.

### **ELEMENTOS SOCIOCULTURAIS E HISTÓRICOS**

A população de Namajuba é predominantemente do grupo étnico Macua, com forte presença da religião islâmica. Conforme o Censo de 2017, a comunidade possui cerca de 78.136 habitantes. A origem do nome “Namajuba” tem origem no animal denominado "Njuba" em língua Emakua, conhecido em português como marmota. Havia uma montanha onde esses animais habitavam, e, em determinado período, o barulho que fazia incomodava significativamente a população local. Em Emakua, as pessoas costumavam dizer "*Majuba hayo onhakulassa*", uma expressão que reflectia o som produzido pelos animais, indicando que as marmotas causavam um grande alvoroço.

Foi dessa expressão que surgiu o nome "Namajuba", que pode ser traduzido como "onde abundam marmotas barulhentas". Com o tempo, o nome foi se espalhando, e o povoado passou a ser conhecido como Namajuba, não apenas dentro do Posto Administrativo, mas também em todo o distrito de Memba.



**Figura 2** – Representa “*Njuba*” em local que significa *marmota* em Português



**Fonte:** Trabalho de campo -Namajuba

## DIAGNÓSTICO SOCIAL E INFRA-ESTRUTURAL

A comunidade enfrenta desigualdades persistentes, com altos níveis de pobreza, infraestrutura precária e acesso limitado a serviços essenciais:

*Educação:* existe apenas uma escola primária (1º e 2º grau), atendendo 362 alunos (185 meninas e 177 rapazes). A ausência de uma escola secundária obriga os jovens a deslocarem-se para outras localidades, o que compromete a permanência escolar e o acesso a níveis de ensino mais elevados.

**Figura 3** – Escola Primária Completa de Namajuba



**Fonte:** Trabalho de campo –Namajuba (2024)

*Saúde:* não há unidades sanitárias locais. Mulheres grávidas e outros residentes percorrem longas distâncias para atendimento básico, o que agrava riscos de saúde e compromete o acesso à vacinação e ao controle de doenças.





*Energia e mobilidade:* a localidade não está ligada à rede eléctrica nacional. Famílias contáveis recorrem a painéis solares de baixa capacidade, insuficientes para atender às necessidades comunitárias. A rede viária é formada por estradas terciárias e caminhos informais, o que dificulta a circulação, sobretudo na época chuvosa.

*Água e saneamento:* Existem duas fontenárias públicas, instaladas com apoio de parceiros institucionais, atendem parte da população, mas a escassez hídrica continua a comprometer o bem-estar e a saúde pública.

**Figura 4** – Fontenárias (poços de água)



**Fonte:** Trabalho de campo – Namajuba (2024)

## DESIGUALDADE E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Verificam-se dificuldades na comunicação entre a associação mineira local e a comunidade, o que alimenta percepções de exclusão, falta de representatividade e transparência nas decisões. Grupos vulneráveis, como mulheres e jovens, permanecem à margem do processo de desenvolvimento, agravando a exclusão social.

## POTENCIAL ECONÓMICO DA AMINA

A Associação Mineira de Namajuba (AMINA) possui significativo potencial para dinamizar a economia local, promovendo empregos directos e indirectos, aumento da renda familiar e estímulo à criação de pequenos negócios. A mineração artesanal beneficia não só os garimpeiros, mas também comerciantes, prestadores de serviços e fornecedores de insumos, fortalecendo os circuitos económicos locais.



Para que esses benefícios se sustentem ao longo do tempo, é essencial investir na capacitação técnica dos trabalhadores em áreas como segurança na mineração, gestão financeira e empreendedorismo. Tais formações fortalecem a autonomia económica, reduzem a vulnerabilidade das famílias e garantem uma distribuição mais equitativa dos ganhos gerados pela actividade.

O sucesso económico da AMINA, portanto, depende de uma gestão associativa estratégica aliada a políticas de formação contínua e inclusão produtiva, assegurando que a mineração artesanal funcione como um verdadeiro motor de desenvolvimento local.

### **SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA MINERAÇÃO**

Para que a mineração artesanal contribua de forma duradoura para o desenvolvimento local, é imprescindível a adopção de práticas sustentáveis e socialmente responsáveis. A incorporação de técnicas adequadas de extracção, acompanhada de uma gestão eficaz dos recursos naturais, é fundamental para evitar o esgotamento precoce das jazidas e preservar o potencial económico para as futuras gerações.

No entanto, a ausência de regulamentação e de mecanismos de controlo ambiental pode gerar impactos severos, como a degradação dos ecossistemas, a contaminação de cursos de água e a crescente insegurança económica e alimentar das comunidades. Em contextos como o de Namajuba, onde a actividade mineira ainda opera com baixa tecnificação e frágil supervisão, os riscos de colapso ecológico e social são amplificados.

**Figura 5**– Mineração de ouro fora da área pertencente a Associação





**Fonte:** Trabalho de campo –Namajuba (2024)

Neste sentido, urge reforçar a responsabilidade colectiva das associações, como a AMINA, em adoptar padrões mínimos de segurança ambiental, promover a educação ambiental entre os seus membros e estabelecer compromissos com práticas extractivas que respeitem os limites regenerativos do território. Apenas mediante esse alinhamento entre viabilidade económica e integridade ecológica será possível transformar a mineração artesanal num verdadeiro vector de desenvolvimento sustentável.

**Figura 6** – Área de mineração na comunidade e as condições de trabalho na AMINA



**Fonte:** Trabalho de campo –Namajuba (2024)

No entanto, para que a mineração seja verdadeiramente sustentável a longo prazo, é necessário adoptar práticas responsáveis. O uso de técnicas adequadas de extracção e gestão dos recursos minerais pode evitar o esgotamento acelerado das reservas, permitindo que as futuras gerações também se beneficiem desses recursos. A mineração sem regulamentação pode levar à degradação ambiental e ao esgotamento dos recursos, prejudicando a sustentabilidade económica da comunidade no futuro.

O território não deve ser entendido apenas como um espaço físico, mas como uma área socialmente apropriada, marcada por disputas e relações de poder que influenciam directamente as possibilidades de desenvolvimento regional (FUINI, 2014). Para Santos (2008), o território é uma construção social resultante da interacção entre indivíduos e o espaço, mediada por factores políticos, económicos e culturais. No contexto de Namajuba, a actividade mineira





reconfigura o território não apenas em sua dimensão material, mas também nas estruturas sociais e económicas, gerando novas dinâmicas de poder. Trata-se, portanto, de um espaço de negociação constante entre associações mineradoras, moradores locais e o Estado.

Segundo Marques (2020), a mineração é considerada uma das principais fontes de matérias-primas para diversos sectores industriais, embora imponha desafios significativos no que tange à sustentabilidade ambiental. Em contextos como o de Namajuba, a mineração artesanal desempenha papel importante na geração de renda, mas pode acarretar impactos como a contaminação de cursos de água e a degradação de ecossistemas. Nesse sentido, a noção de “mineração sustentável” emerge como alternativa para conciliar ganhos económicos, conservação ambiental e bem-estar das gerações futuras.

O conceito de comunidade comporta múltiplas interpretações dependendo do contexto. De forma geral, refere-se a um colectivo de indivíduos que compartilham valores, interesses ou objectivos comuns e convivem em determinado espaço geográfico. Como apontam Miranda et al. (2008), a comunidade é composta por sujeitos interdependentes que desenvolvem laços sociais, culturais e económicos, construindo uma identidade colectiva.

De acordo com Nussbaum (2011, p. 42):

O desenvolvimento é a promoção das capacidades humanas que permitem que as pessoas vivam vidas dignas e plenas, com uma base sólida de direitos e igualdade. Ela destaca a importância da justiça social e da igualdade no processo de desenvolvimento, buscando garantir que todos os indivíduos tenham as condições necessárias para alcançar seu potencial máximo.

A teoria das capacidades, formulada por Amartya Sen (2000) e complementada por Nussbaum (2011), enfatiza que o desenvolvimento vai além do crescimento económico. Trata-se da ampliação das liberdades reais que os indivíduos possuem para viver a vida que valorizam, o que requer o fortalecimento de estruturas sociais mais justas.

Por fim, a abordagem crítica de Boaventura de Sousa Santos (2006) convida à leitura das realidades periféricas por meio da sociologia das ausências, entendida como a denúncia daquilo que é sistematicamente invisibilizado pelas estruturas formais. Para o autor, muitas



vezes as instituições nascem para responder a demandas legítimas, mas rapidamente tornam-se instâncias de reprodução das ausências sociais que deveriam superar.

## ANÁLISE TEÓRICA

**Tabela 1** – Tabela temática

Eixo Analítico	Trecho Representativo	Código do Entrevistado
Falta de comunicação institucional	“Não houve reunião ou comunicação clara, cada um sabia apenas de sua parte.”	Morador 07 (C07)
Ausência de benefícios concretos	“A Associação não está fazendo nada para a comunidade.”	Morador 07 (C07)
Expectativas frustradas	“Esperávamos sementes, furos de água, escolas e hospitais, mas até agora nada foi feito.”	Moradora 08 (C08)
Exclusão do processo	“Minha machamba não foi incluída e não vejo benefícios.”	Moradora 09 (C09)
Percepção de exploração	“Fiz refeições para os trabalhadores e não fui paga.”	Moradora 09 (C09)
Desigualdade no acesso a benefícios	“Alguns conseguiram comprar transporte [...], mas a maioria não vê benefícios.”	Moradora 12 (C12)
Comunicação vaga e liderança ineficaz	“A comunicação foi muito vaga e a população não foi bem informada sobre o processo.”	Morador 13 (C13)
Comparação negativa entre comunidades	“Em outras áreas as associações ajudaram a mudar vidas. Aqui nada mudou.”	Morador 13 (C13)
Ausência de resultados após envolvimento	“Trabalhei para a Associação e o valor que recebi foi 30,00 MT.”	Morador 21 (C21)
Divisão territorial e sem consenso	“Há uma divisão na comunidade sobre onde devem ser feitas as covas.”	João Luciano (C22)
Negociação privada e informal	“Minha tia cedeu a machamba, mas a negociação foi privada e não houve comunicação pública.”	Morador 23 (C23)
Inércia institucional	“A Associação não fez nada até agora. [...] A comunidade continua a sofrer.”	Morador 24 (C24)
Falta de clareza e motivação	“Participei no começo, mas não explicaram direito o processo [...]. Fiquei desmotivado.”	Morador 25 (C25)
Visão institucional limitada	“A falta de recursos financeiros impediu a implementação de projectos concretos.”	Presidente da Mesa (C26)
Processo informal mesmo com apoio estatal	“A negociação é feita directamente [...]. Nem todos os acordos são formalizados.”	Presidente da Associação (C27)
Participação activa mas sem retorno	“A comunidade participa [...], mas o progresso é lento.”	Presidente da Associação (C27)
Insatisfação generalizada	“A população está insatisfeita com a falta de resultados concretos.”	Vários (C06, C09, C17, C24...)
Falta de infra-estrutura básica	“Esperávamos escolas, hospitais [...] mas nada aconteceu.”	Múltiplos
Frustração com promessas não cumpridas	“Prometeram investir [...] mas até agora nada.”	C18, C22, C23, C25, C27

**Fonte:** Trabalho de campo (organizado pelo autor)



A análise dos depoimentos recolhidos em 27 residências da comunidade de Namajuba permitiu identificar categorias significativas sobre a actuação da Associação Mineira de Namajuba (AMINA), a partir de uma perspectiva qualitativa, crítica e participativa. A abordagem metodológica adoptada — qualitativa descritiva, baseada em Minayo (2012), apoia-se em referenciais como a sociologia das ausências (SANTOS, 2006) e nas abordagens críticas de desenvolvimento comunitário propostas por Freire (1970) e Benevides e Passador (2009).

A AMINA foi criada como resposta à tragédia de 2013, que vitimou dez garimpeiros em condições precárias. Sua fundação simboliza a tentativa de transição de um modelo informal para uma estrutura associativa legalizada. Contudo, como argumenta Santos (2006), institucionalizar não garante, por si só, a emancipação social — muitas vezes, institucionalizam-se ausências.

“Muitas instituições nascem da urgência de dar respostas simbólicas a tragédias reais. Porém, sem transformação estrutural, tornam-se mecanismos de reprodução do silêncio das comunidades.” (SANTOS, 2006, p. 121)

Na prática, a actuação da AMINA revela o que o autor denomina *futuro esgotado*: uma ruptura entre o discurso institucional e a experiência concreta da comunidade.

Com base na triangulação dos dados empíricos e dos referenciais teóricos, emergem os seguintes eixos analíticos:

- *Formalização sem concretude*: a AMINA existe legalmente, mas sem impactos visíveis no quotidiano da comunidade. Os depoimentos evidenciam baixa participação, acordos informais e ausência de resultados tangíveis (SANTOS, 2006).
- *Participação simbólica*: a comunicação verticalizada e a falta de espaços de escuta demonstram uma prática que contraria os princípios da pedagogia do diálogo (FREIRE, 1970). Os matadores não se sentem parte das decisões.
- *Desenvolvimento projectado, mas não vivido*: os entrevistados depositam esperança em agentes externos (investidores, governo), revelando um desenvolvimento heterónomo, em vez de um processo centrado na comunidade (GOHN, 2001).



- *Frustração e desmobilização:* a ausência de benefícios concretos gera desilusão colectiva, levando ao abandono simbólico e real da associação, como discutem Benevides e Passador (2009), isso enfraquece o tecido social e inviabiliza o protagonismo local.

Em síntese, a AMINA permanece como uma promessa suspensa. Sua revitalização exige mais do que reestruturações legais e, é necessário promover escuta activa, transparência nos pactos comunitários e investimentos que combinem infraestrutura com fortalecimento da identidade colectiva como sujeito de transformação

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permite concluir que, embora a AMINA tenha surgido como resposta legítima a uma crise estrutural, ela ainda não conseguiu consolidar-se como instrumento efectivo de transformação social. Sua existência se restringe ao plano formal, com baixo impacto na experiência vivida pela comunidade, que se percebe desassistida e sub-representada.

A análise empírica evidencia a existência de uma institucionalidade frágil, de vínculos comunitários enfraquecidos e de uma expectativa depositada em agentes externos. Para reverter esse cenário, é imprescindível investir na reconfiguração interna da associação, com escuta activa, responsabilização colectiva, formação técnica e articulação com políticas públicas de modo que a AMINA deixe de ser um símbolo suspenso e se torne um verdadeiro organismo de desenvolvimento comunitário sustentável.

### RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

Para enfrentar as fragilidades identificadas, propõem-se as seguintes acções:

- Redefinir a função social da associação, por meio da revisão dos estatutos, reactivação das assembleias comunitárias e profissionalização da gestão;
- Criar canais permanentes de escuta e diálogo comunitário, assegurando a transparência nos processos decisórios e nos acordos estabelecidos;



- Estabelecer parcerias com instituições técnicas (institutos de formação, ONGs, universidades), voltadas à capacitação em mineração segura, economia solidária, gestão associativa e sustentabilidade;
- Formalizar os acordos de cessão de terras com base em instrumentos jurídicos claros (ex: DUATs e termos de parceria), respeitando os direitos dos proprietários e mitigando conflitos futuros;
- Atrair investidores socialmente comprometidos, alinhados com a promoção de infra-estruturas básicas, equipamentos de segurança e geração de renda para os associados e a comunidade.

### **INTEGRAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS E MARCOS GLOBAIS**

A realidade da AMINA está em consonância com diversos marcos institucionais e jurídicos nacionais e internacionais, que oferecem bases normativas para sua reestruturação. Destacando: (i) A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Inclusivo (ENDRSI), que incentiva o fortalecimento de cooperativas em zonas remotas, com enfoque na agricultura familiar e na mineração artesanal; (ii) A Política Nacional de Recursos Minerais Artesanais e em Pequena Escala, que prevê a organização formal dos mineiros artesanais, acesso à titularidade, capacitação técnica e apoio à comercialização; (iii) A Agenda 2030 das Nações Unidas, por meio dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente:

- ODS 8: trabalho digno e crescimento económico;
- ODS 10: redução das desigualdades;
- ODS 16: construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas.

O cruzamento entre os desafios práticos identificados e estes dispositivos legais indica que a revitalização da AMINA não depende apenas de novos recursos, mas da efectivação das políticas já existentes e da revalorização do protagonismo local.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**





## Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita; PASSADOR, Cláudia Souza. *Desenvolvimento local e cidadania: desafios para a gestão pública municipal*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUINI, Lucas Labigalini. *Território e competitividade: relações, teorias e aplicações*. São Paulo: Paco Editorial, 2015.

GOHN, Maria da Glória. *Empoderamento e participação da comunidade em políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2011.

MARQUES, José Carlos. *Mineração e desenvolvimento sustentável: desafios e perspectivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, A. M.; LIMA, R. C.; SOUZA, T. V. *A comunidade como espaço de vínculos e identidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

NUSSBAUM, Martha C. *Creating capabilities: the human development approach*. Cambridge: Harvard University Press, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4159/harvard.9780674061200>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.



SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

**Recebido em:** 30 de setembro de 2025.

**Aprovado em:** 18 de dezembro de 2025.

**Publicado em:** 1 de janeiro de 2026.

**Autoria:**

António José Mapangue

Universidade Rovuma-Nampula/Mocambique (UNIROVUMA), Mestrando em Sociologia do Desenvolvimento. Investigador independente vinculado à Universidade Rovuma (UNIROV).. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0004-7374-4876>. Desempenhando a Função de Planificador no Departamento de Estudos e Planificação (DEP-CPPRM) no Comando Provincial da PRM de Nampula

E-mail: [mapangue767@email.com](mailto:mapangue767@email.com).

País: Moçambique

António Alone Maia

Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo- USP (2015). Docente e chefe de Departamento de Extensão e Inovação da Graduação e Pós-Graduação da Universidade Rovuma (UniRovuma). [Alonemaia13@gmail.com](mailto:Alonemaia13@gmail.com); Moçambique. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3500-8235>

E-mail: [Alonemaia13@gmail.com](mailto:Alonemaia13@gmail.com);

País: Moçambique